

# A EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS



DIREITO CONSTITUCIONAL III

*Prof<sup>a</sup> Marianne Rios Martins*

# ORDEM SOCIAL

Base = O primado do trabalho

Objetivos = o bem estar e a justiça sociais,

Alcance = não se restringe a especificar o conteúdo dos direitos sociais indicados no art. 6º da CF.

# CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

- Unitária: considera que a profunda semelhança entre todos os direitos fundamentais impede sua classificação em categorias estruturalmente distintas.
- Dualista (Sarlet)

Direitos de defesa (caráter negativo)

Direitos a prestações (caráter positivo)

- Tripartite (Dimoulis)

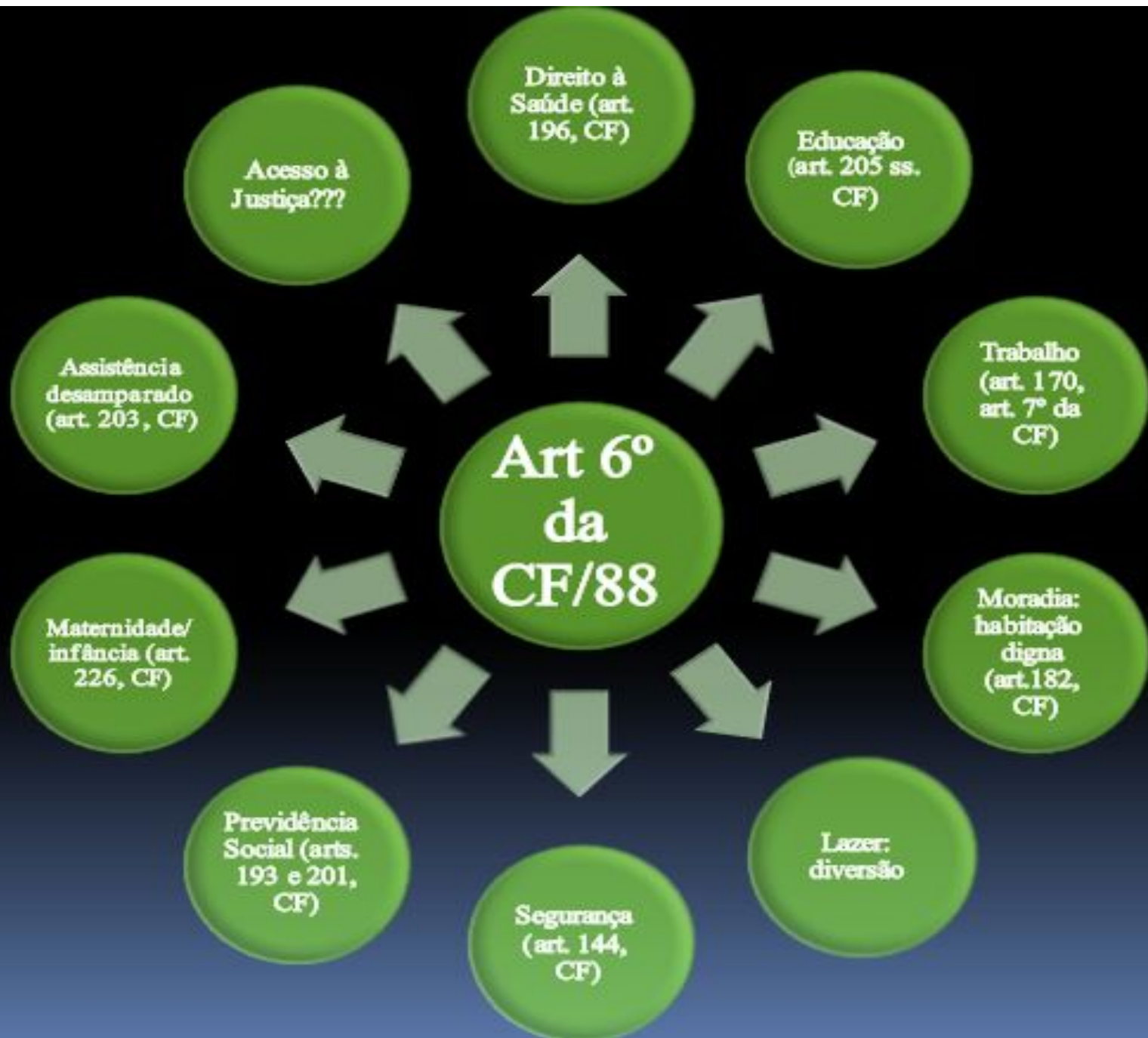
Direitos de defesa;

Direitos a prestações; (prestacionais)

Direitos a participação;

- 4 status de Jellinek:

Ativo, passivo, positivo e negativo



# **MÍNIMO EXISTENCIAL**

- **Busca uma conjugação entre :**
  - **A dignidade da pessoa humana**
  - **Estado Social**
  - **Liberdade Material**
- **Surgiu em 1953 na Alemanha em uma decisão no Tribunal Federal Administrativo**

# MÍNIMO EXISTENCIAL

- conjunto de bens e utilidades indispensáveis a uma vida digna.
- Não há conteúdo definido para o mínimo existencial
- Mínimo existencial X reserva do possível:
- Sarlet – o mínimo existencial não se sujeita a reserva do possível.
- Sarmento – o mínimo existencial se sujeita a reserva do possível, mas tem um peso maior na ponderação.



A diagram consisting of a large light green circle with a smaller, semi-transparent light green circle in the center. The text is arranged as follows: 'DIGNIDADE HUMANA' at the top, 'MÍNIMO EXISTENCIAL' in the center, 'CLÁUSULA DO ESTADO SOCIAL' on the left, 'PRINCÍPIO DA IGUALDADE' on the right, and 'SOLIDARIEDADE' at the bottom.

**DIGNIDADE  
HUMANA**

**MÍNIMO  
EXISTENCIAL**

**CLÁUSULA  
DO ESTADO  
SOCIAL**

**PRINCÍPIO  
DA  
IGUALDADE**

**SOLIDARIEDADE**

# DIGNIDADE HUMANA



The diagram illustrates the components of Human Dignity. It features a large green circle with the text 'DIGNIDADE HUMANA' in white. Inside this circle is a smaller green circle labeled 'Mínimo Existencial'. Two lines extend from the outer circle to two separate green circles on the right. The top circle is labeled 'Dimensão FÍSICA:' and lists 'necessidades de alimentação, de moradia, de assistência à saúde, etc'. The bottom circle is labeled 'Dimensão ESPÍRITO-CULTURAIS:' and lists 'investimento em educação, lazer, artes, etc.'.

**Mínimo  
Existencial**

**Dimensão  
FÍSICA:**  
necessidades de  
alimentação, de  
moradia, de  
assistência à  
saúde, etc

**Dimensão  
ESPÍRITO-  
CULTURAIS:**  
investimento em  
educação, lazer,  
artes, etc.





A garantia do mínimo existencial



se destina a evitar a perda total da função  
dos direitos fundamentais



de modo que seu conteúdo seja esvaziado e,  
portanto, destituído de sentido.

Mínimo  
existencial  
representa o  
**núcleo  
intangível**

**dos direitos  
fundamentais  
sociais**



**Mínimo  
existencial**



**Mínimo Vital/  
Mínimo de  
Sobrevivência**

Abrange as condições

para uma sobrevivência  
em condições dignas

Apenas se preocupa

com a garantia da vida  
humana/sobrevivência



Concretização  
dos Direitos  
sociais/**mínimo  
existencial**



Custos que são  
gerados ao  
Poder Público  
e a toda a  
sociedade



**Reserva do  
possível**

# RESERVA DO POSSÍVEL

- surgiu na Alemanha, no caso *numerus clausus*, em que foi pleiteada na Corte Constitucional Federal vaga no ensino superior público, em razão a insuficiência de vagas existentes, embasado na garantia da Lei Federal Alemã de escolha da profissão ( 1972)
- A Corte Alemã recusou a tese de que o Estado teria a obrigatoriedade em oferecer vagas suficientes nas universidades públicas para atender todos os cidadãos candidatos.

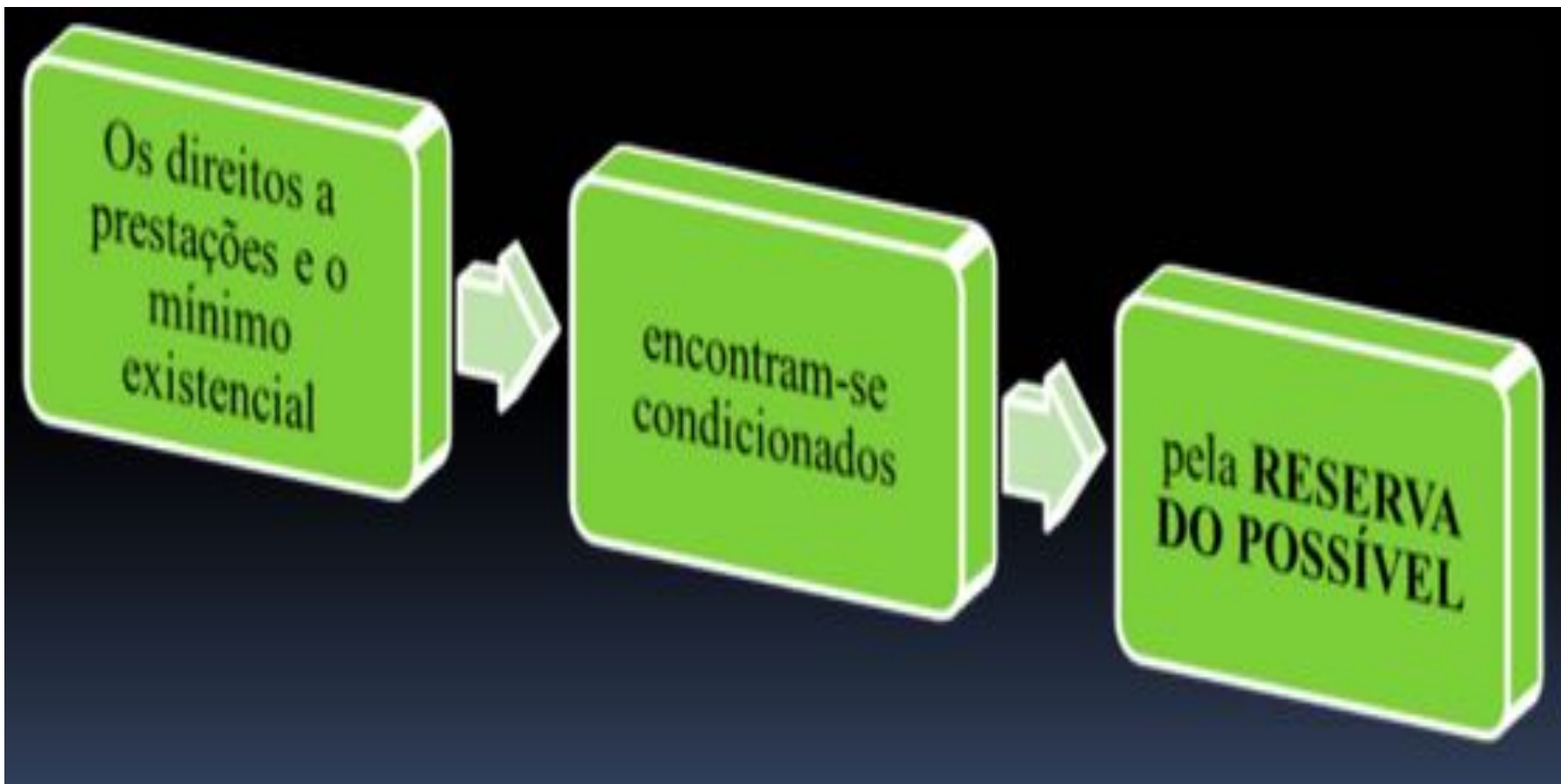
# RESERVA DO POSSÍVEL

“um direito social sob ‘reserva dos cofres cheios’ equivale na prática, a nenhuma vinculação jurídica.” (CANOTILHO)

- Divide-se em duas categorias:

“reserva do possível fática” - contingenciamento financeiro a que se encontram submetidos os direitos prestacionais

“reserva do possível jurídica” - não há previsão orçamentária que os destine à consecução daquele interesse, ou licitação que legitime a aquisição de determinado insumo





**R  
E  
S  
E  
R  
V  
A**

**D  
O**

**P  
O  
S  
S  
Í  
V  
E  
L**

Limitação dos  
recursos  
disponíveis

Necessidades  
sempre infinitas a  
serem cumpridas  
na efetivação dos  
direitos

# RESERVA DO POSSÍVEL

Não pode ser  
considerada um  
limite absoluto

Nem, tampouco, pode  
servir como um  
cômodo fundamento  
para negar a  
realização dos direitos  
fundamentais

DIREITOS FUNDAMENTAIS



# RESERVA DO POSSÍVEL

A realização prática dos direitos prestacionais depende de **proporcionalidade da prestação e razoabilidade da exigência**: razoabilidade da concretização deve ser relacionada com a possibilidade fática.

- **Marco: ADPF 45 ( Relator Ministro Celso de Mello)**

# ADPF 45

"Vê-se, pois, que os condicionamentos impostos, pela cláusula da "reserva do possível", ao processo de concretização dos direitos de segunda geração - de implantação sempre onerosa -, traduzem-se em um binômio que compreende, de um lado, (1) a razoabilidade da pretensão individual/social deduzida em face do Poder Público e, de outro, (2) a existência de disponibilidade financeira do Estado para tornar efetivas as prestações positivas dele reclamadas. Desnecessário acentuar-se, considerado o encargo governamental de tornar efetiva a aplicação dos direitos econômicos, sociais e culturais, que os elementos componentes do mencionado binômio (razoabilidade da pretensão + disponibilidade financeira do Estado) devem configurar-se de modo afirmativo e em situação de cumulativa ocorrência, pois, ausente qualquer desses elementos, descaracterizar-se-á a possibilidade estatal de realização prática de tais direitos. "

—

# ADPF 45

"A cláusula da "reserva do possível" - ressalvada a ocorrência de justo motivo objetivamente aferível - não pode ser invocada, pelo Estado, com a finalidade de exonerar-se do cumprimento de suas obrigações constitucionais, notadamente quando, dessa conduta governamental negativa, puder resultar nulificação ou, até mesmo, aniquilação de direitos constitucionais impregnados de um sentido de essencial fundamentalidade

# VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL

- Está ligado ao princípio da segurança jurídica
- Diz respeito a força normativa de uma norma programática constitucional ( limitando assim o legislador)
- O grau de concretização dos direitos sociais não poderiam ser objeto de um retrocesso.
- Princípio da Segurança Jurídica + Dignidade da Pessoa Humana + Princípio da Máxima Efetividade + Princípio do Estado Democrático e Social de Direito